

A China na nova arquitetura geoeconômica global e o caso do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

China in new global geo-economic architecture and the case of the Asian Infrastructure Investment Bank

Diego Pautasso*

Boletim Meridiano 47 vol. 16, n. 149, mai.-jun. 2015 [p. 12 a 19]

1 Introdução

Ao retomar o debate sobre a transição sistêmica, Arrighi (2008, p. 17) apontou que o renascimento econômico da Ásia oriental é o tema mais relevante a partir da segunda metade do século XX. É um sinal claro da transferência de poder que tem ocorrido em “processo bola-de-neve”, numa sucessão de Estados da região (ARRIGHI, 2008, p. 17-8). Como havíamos destacado anteriormente, são três ondas de desenvolvimento na Ásia oriental, iniciado com o Japão nos anos 1950-80, continuado pelos Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong) nos anos 1970-90 e expandido pelos novos Tigres (Tailândia, Indonésia, Malásia, Vietnã) a partir dos anos 1990, mas aprofundado pela China desde os anos 1980. A diferença, contudo, é que a China começou a liderar a dinâmica regional e não possui as limitações geopolíticas e geoeconômicas dos demais países asiáticos citados, além de ter atributos fundamentais para o longo prazo, tais como grande território e população; um Estado com uma elite com tradição e projeto definidos; diplomacia apta a desenvolver uma inserção global não-subordinada; poder militar dissuasório; e matriz cultural milenar capaz de projetar-se além do espaço nacional (PAUTASSO, 2009).

Nesse sentido, a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investment Bank* - AIIB) como parte do renascimento da Ásia oriental centrado na China. A dialética entre poder e capital tem estruturado o sistema internacional contemporâneo e, portanto, vale para compreender como a hegemonia dos EUA foi constituída a partir de Bretton Woods, mas também para refletir sobre a sinalização de importantes mudanças que vêm ocorrendo no plano internacional. E mais do que uma mudança na governança financeira, o que por si só já seriam relevante, a criação do AIIB indica a continuação de uma importante mudança nas configurações de poder do sistema internacional. Para tanto, o presente artigo de conjuntura i) aborda como o sistema Bretton Woods tem sido um pilar do poder norte-americano, para depois compreender ii) a ascensão da China e o iii) papel do AIIB nesse novo contexto internacional.

2 O sistema Bretton Woods e o pilar do poder norte-americano

Em junho de 1944, os EUA capitanearam a criação do sistema Bretton Woods, baseados no Banco Mundial, no Fundo Monetário Internacional e no dólar, lastreado ao ouro, como moeda de referência global e com câmbio

* Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil (dgpautasso@gmail.com).

fixo ajustável. Era uma resposta às instabilidades decorrentes tanto da crise de 1929 quando da Segunda Guerra Mundial. Mas, mais importante, ao definir sua moeda e a ascendência sobre as duas organizações financeiras globais, os EUA estabeleceram um pilar crucial de sua hegemonia no século XX. Outros pilares da hegemonia assentaram-se na conformação de organizações no âmbito militar, OTAN (1949) na Europa Ocidental, a OTASE (1954) no sudeste asiático e o CENTO (1954) no Oriente Médio; no âmbito político, ONU (1946) e OEA (1948); e no âmbito comercial, o GATT (1947). Além disso, a criação de um conjunto de bancos regionais ampliou a ascendência político-diplomática e econômico-comercial dos EUA, e seus sócios regionais, através dos mecanismos de financiamento e crédito de que dominam. Por isso a fundação do Banco Africano de Desenvolvimento (1964), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (1959) e do Banco Asiático de Desenvolvimento (1966). Nesse último caso, ficou patente o controle exercido por EUA e Japão sobre a instituição financeira regional, limitando a atuação de outros países.

O Pós-Guerra consolidou, pois, a hegemonia dos EUA no contexto daquilo que Hobsbawn (1995) chamou de Era de Ouro do capitalismo. Há de se reconhecer, contudo, a importante dose de etnocentrismo dessa definição, uma vez que levou em conta o expressivo crescimento do centro da economia mundial e negligenciou completamente os desafios das regiões periféricas, sobretudo África e Ásia que estavam imersas em lutas pela independência e/ou pela (re)construção nacionais. De todo o modo, o fim da Era do Ouro representou também uma crise e início da reestruturação do capitalismo a partir da 3ª Revolução Industrial, da emergência de uma nova divisão do trabalho e, subsequentemente, da supremacia do discurso liberalizante.

Este contexto coincidiu com o fim do padrão dólar-ouro em 1971, quando os EUA passaram a combinar, cada vez mais, o poder da moeda (dólar) e das armas na tentativa de reafirmação de sua hegemonia. O controle sobre a emissão da moeda de referência global e suas taxas de juros, colocou o sistema bancário global e os países como reféns das políticas do Federal Reserve (Banco Central) norte-americano (TAVARES, 1997). Em suma, isso tem permitido aos EUA com que o FED emita dólares baseado na confiança do país (e não mais no lastro em ouro), dando poder e arbitragem globais ao governo norte-americano, inclusive para forçarem a adoção de políticas macroeconômicas por outros países e, com efeito, lograrem a abertura de outras economias nacionais.

Com o fim da Guerra Fria e a ascensão do neoliberalismo houve um recrudescimento da desregulamentação dos mercados financeiros globais. As crises financeiras nos anos 1990 foram sua maior expressão, como as agudas crises no México (1994), no leste da Ásia (1997), na Rússia (1998), no Brasil (1999) e na Argentina (2001). A crise financeira global de 2008 foi a continuidade do processo de financeirização iniciada da década de 1980 sob a égide das políticas liberalizantes assentadas na suposição dos mercados auto-regulados e eficientes, cujo desdobramento tem sido, cada vez mais, a reestruturação do capitalismo (BRESSER PEREIRA, 2010).

Mas este contexto não tem sido apenas de desestabilizações econômico-financeiras globais, de imposição de políticas liberalizantes e de tentativa dos EUA de recrudescer sua condição de hegemonia – sobretudo com o colapso da URSS. A fragilização do modelo fordista-keynesiano no centro do sistema desencadeou mudanças significativas que ainda estão se fazendo sentir, o que inclui a terceira revolução industrial, a emergência de novos países industrializados e, com efeito, a ascensão de novos polos de poder no mundo. E, seguindo Cox (1995), como estruturas históricas, as ordens mundiais sofrem mudanças a partir das capacidades materiais, das ideias e das instituições. Em outras palavras, a reestruturação produtiva global impõe novas batalhas políticas e padrões comportamentais, assim como novas formas de regulação e organização institucional.

Ora, o FMI converteu-se na instituição que talvez melhor representou a supremacia material (na forma de capacidade financeira) e político-ideológica dos EUA no último meio século. Por óbvio, o governo norte-americano torna-se refratário a qualquer re-divisão de poder nas organizações internacionais que venha a refletir mudanças na ordem mundial. No caso do FMI, sua diretora-gerente, Christine Lagarde, reconhece

a necessidade de reformar a distribuição de poder na organização tal como proposto na 14ª Revisão Geral das Cotas do FMI (GRQ) aprovada em 2010, atualmente emperrada no Congresso norte-americano¹. Mesmo tendo superado a economia dos EUA em 2014, ao menos pelo critério de paridade de poder de compra (PPC), a reforma de 2010 elevaria o poder de voto da China de 3,9 para 6,0, ante uma queda dos EUA de 16,7% para 16,4% – o que na prática preservaria o seu poder de veto sobre decisões que requerem uma supermaioria de 85%². Em março de 2015, o primeiro-ministro chinês Li Keqiang reiterou ao secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Jacob Lew, a necessidade de que os EUA aprovem a reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI), dando à China uma maior influência na organização³. Inclusive o G20, grupo das 20 maiores economias do mundo, já se pronunciou a favor do imperativo de reforma do FMI, sob pena de, como disse o vice-presidente do BC chinês, Yi Gang, que o adiamento das reformas fragilize a liderança do G20 e a legitimidade do FMI⁴.

Ao limitar a ampliação das cotas e o protagonismo dos países emergentes em organizações financeiras como FMI e Banco Mundial, os EUA acabam por forçar a criação de novas arquiteturas financeiras globais. Ademais, a imposição de condicionalidades por parte de FMI e Banco Mundial, sobretudo no contexto do Consenso de Washington e das políticas neoliberais, ampliou a demanda dos países periféricos por financiamento sem ingerência política nos processos decisórios domésticos.

3 A China e os emergentes buscam seu espaço

A crise financeira de 2008 parece ter tido impacto significativo no capitalismo global e, claro, sobre sua estrutura da governança global. O próprio fortalecimento e institucionalização do G20 Financeiro indica a perda de importância relativa do G8 – que em 1970 representava 71% do PIB global e no contexto da crise passou para 55% (RAMOS; VADELL; SAGGIORO; FERNANDES, 2012). De todo modo, embora não esteja madura uma reforma substantiva do sistema financeiro, ou um “novo Bretton Woods” (CUNHA, 2013), são nítidos os movimentos adaptativos e alternativos à arquitetura financeira montada a partir de 1944.

Parece cada vez mais plausível a hipótese de que o epicentro da economia mundial deverá se deslocar do Atlântico Norte para a Bacia do Pacífico. Esta dinâmica está assentada em fatores como i) a eliminação do conflito sino-soviético e dos padrões de rivalidade que predominaram durante a Guerra Fria; ii) o acelerado desenvolvimento da Ásia do Leste e Sudeste, tanto em termos quantitativo como qualitativo; iii) a aceleração dos processos de integração regionais, como OCX e ASEAN+3, e de seus mecanismos de financiamento, como o próprio AIIB. Isso se soma à percepção, de um lado, de que os mecanismos liderados por EUA e Japão não têm dado conta do desenvolvimento e da integração regionais, como a APEC, a iniciativa abortada de criação do Fundo Monetário Asiático (1997) e a domínio sobre o Banco de Desenvolvimento Asiático; e, de outro, a crescente liderança chinesa torna-se mais assertiva e, jogando dentro das regras ocidentais e sem ambições políticas e territoriais ilimitadas, lidera a integração e (re)constrói um sistema sinocêntrico (PAUTASSO, 2011).

Assim, a China tem trabalhado em todas as esferas para construir novas configurações de poder em escala global – sem com isso adotar postura revisionista. E a crise financeira de 2008 irradiada dos EUA parece

1 Ver notícia do Valor “Reforma de cotas do FMI é ‘necessidade absoluta’, reconhece Lagarde” de 09/10/2014, disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3728994/reforma-de-cotas-do-fmi-e-necessidade-absoluta-diz-lagarde>

2 Sobre as mudanças de cotas e votos no FMI ver documento oficial disponível em: http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2011/pdfs/quota_tbl.pdf

3 Ver nota publicada pela embaixada chinesa no Brasil “Premiê chinês pede que EUA aprovem reforma de cotas do FMI” de 31/03/2015, disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1250761.htm>

4 Do site BBC Brasil “G20 dá ultimato para os EUA aprovarem reforma do FMI” de 31/03/2015, disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140411_fmi_reforma_g20_eua_mm_pu

ter acelerado esse movimento de reordenamento do poder global. Em face desse contexto, o governo chinês, utilizando-se de sua gigantesca capacidade financeira que emerge do tamanho do seu PIB, de suas reservas internacionais e de seus superávits comerciais, busca construir uma nova arquitetura econômico-financeira global. Primeiro, o protagonismo da China foi sinalizado através da afirmação do presidente do seu Banco Central, Zhou Xiaochuan, em março de 2009, acerca da necessidade de superar as vulnerabilidades de uma economia global ancorada em uma moeda nacional (dólar). Sublinhou Zhou a importância de repensar algo na linha do que havia sido proposto originalmente por Keynes às vésperas de Bretton Woods ou mesmo pelo fortalecimento dos Direitos Especiais de Saque (SDR - *Special Drawing Rights*) como substituto ao dólar⁵, uma espécie de cesta de moedas criado em 1969 pelo FMI baseados no dólar estadunidense, iene, libra e euro.

Segundo, com a iniciativa do grupo BRICS que redundou na criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Acordo Contingente de Reservas na sua 6ª Cúpula em Fortaleza, em julho de 2014⁶. Trata-se 1) de um banco para financiamento de projetos de investimento nos BRICS e terceiros países da ordem de um capital subscrito de 50 bilhões de dólares e um capital autorizado de 100 bilhões e 2) de um fundo de estabilização para compartilhar reservas em contextos de crises financeiras no valor de 100 bilhões de dólares (divididos em 41 bilhões de dólares para a China, 18 bilhões para Brasil, Índia e Rússia e mais 5 bilhões para a África do Sul).

Terceiro, a China tem amplificado seu papel de financiador de obras no mundo através do Banco de Desenvolvimento da China e do Eximbank, criados em 1994 como bancos estatais de fomento. Entre 2005 e 2012, o financiamento chinês para a América Latina ultrapassou 86 bilhões de dólares, mais do que Banco Mundial, Eximbank dos EUA e Banco Inter-Americano de Desenvolvimento. Além de créditos abundantes, em geral tem os juros mais convidativos, garantidos por commodities (sem moeda forte), prazos alongados de pagamento, sem imposição de condicionalidades políticas (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2013)

Quarto, o crescimento dos investimentos externos diretos (IED) e os contratos da China tem sido surpreendente. Cada vez mais o país se transforma não só num grande receptor mas em um grande emissor de IED. O estudo da Heritage Foundation, compilado por Derek Scissor, dá a exata dimensão da evolução e da sua distribuição por país e setor da economia até o ano de 2014⁷. Aliás, a China está se convertendo no maior emissor de investimento externo direto (IED) do mundo, em grande parte puxado por empresas estatais que atuam em consonância com os interesses governamentais (SANTOS; MILAN, 2014). Não por acaso tem sido vertiginosa a ampliação do número de empresas chinesas na lista das 500 maiores da Fortune: no ranking de 2014 já são 95 da China (e Hong Kong), enquanto os EUA caíram para 128⁸.

Quinto, é o caso, por exemplo, da sua mais recente proposta de criar um sistema internacional de pagamento (China International Payment System-CIPS) ainda em 2015⁹ – iniciativa que o governo russo também tem buscado ampliar para criar um sistema nacional de pagamento¹⁰. São iniciativas alternativas ao tradicional domínio do SWIFT (Society for the Worldwide Interbank Financial Telecommunication) fundada em 1973 em Bruxelas como principal mecanismo padronizado para transações financeiras globais (através de cartas de crédito e diversas formas de pagamento usando linguagem computacional comum). No fundo, o governo chinês

5 Ver artigo publicado no site da Council on Foreign Relations disponível em: <http://www.cfr.org/china/zhou-xiaochuans-statement-reforming-international-monetary-system/p18916>

6 Ver nota publicada pela embaixada chinesa no Brasil “Premiê chinês pede que EUA aprove reforma de cotas do FMI” de 31/03/2015, disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/szwx/t1250761.htm>

7 Ver estudo detalhado disponível em: <http://www.heritage.org/research/projects/china-global-investment-tracker-interactive-map>.

8 Ver notícia da CRI, disponível em: <http://portuguese.cri.cn/1721/2014/07/08/1s186445.htm>.

9 Ver documento da 6ª Cúpula dos BRICS disponível em: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/224-vi-cupula-declaracao-e-plano-de-acao-de-fortaleza.

10 Ver notícia da Sputnik News “Russia Launches Own ‘SWIFT’ Service, Links Up 91 Credit Institutions”, disponível em: <http://sputniknews.com/business/20150213/1018240631.html#ixzz3WkV2l2gm>

trabalha para a desdolarização global e a internacionalização de sua moeda, o yuan, através da assinatura de swaps cambiários bilaterais, da instalação de centros de liquidação direta fora da Ásia e da abertura programada do mercado de capitais. Com efeito, o objetivo é ampliar a autonomia da China em relação a estruturas do mercado financeiro centradas nos EUA/União Europeia. O certo é que a desdolarização não é uma política cujo resultado dar-se-á no curto prazo, mas é certo também que uma economia que poderá ser 25% maior do que a dos EUA em 2050 necessariamente terá sua moeda demandada como reserva de valor¹¹.

4 O papel financiamento e o caso do AIIB

Segundo Vadell (2011), há quatro vetores cruciais para compreender o papel da China no atual cenário internacional. Os vetores seriam as relações da China com a superpotência (EUA), com as potências regionais da Ásia (Rússia, Índia, Japão), com as organizações e regimes internacionais e com as demais regiões periféricas (Oriente Médio, África e América Latina). Se isso for verdadeiro, a criação do AIIB afeta substantivamente os quatro vetores, pois redefini o papel da China como patrocinador de instituições internacionais, aprofunda sua liderança regional, amplifica sua projeção global e, com efeito, altera as relações com os EUA.

Nesse sentido, a crescente capacidade financeira chinesa tem se manifestado i) nas suas reservas internacionais de cerca de 4 trilhões de dólares¹²; ii) na importância global de seus bancos, que em 2004 não possuíam nenhum entre os 10 maiores do mundo e em 2013 já tinha o primeiro, segundo, sétimo e nono (Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), China Construction Bank, Bank of China e o Agricultural Bank of China)¹³; e iii) na participação ativa na criação e fortalecimento dos bancos de desenvolvimento, como o China Development Bank (CBD-1994), o China-Africa Development Bank (CAD Fund-2007), o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NBD-2014) e agora o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB-2014).

A criação oficial do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) se deu em outubro de 2014, projetado para ter, inicialmente, um capital social de 100 bilhões de dólares, sendo metade alocado pela China. É um banco de desenvolvimento multilateral (MDB) tendo como foco o desenvolvimento de infraestrutura e outros setores produtivos na Ásia, complementando e cooperando com os bancos multilaterais de desenvolvimento existentes. Até o final de outubro de 2014, 22 países asiáticos assinaram um Memorando de Entendimento (MOU) para estabelecer o AIIB, tendo Pequim como sede e Jin Liqun como seu primeiro Secretário-Geral Interino.¹⁴

Embora tenha sido uma iniciativa voltada à região, como sugere o nome do banco, foi criado com 57 membros fundadores, incluindo aliados norte-americanos na Ásia (Coreia do Sul, Tailândia, Filipinas), na Europa (França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Luxemburgo, Espanha), da Oceania (Austrália) e do Oriente Médio (Egito, Turquia, Arábia Saudita, Catar)¹⁵. O fato é que a iniciativa ganhou uma importância muito maior

11 Ver estimativa da PWC em seu relatório disponível em: <http://www.pwc.com/gx/en/issues/the-economy/assets/world-in-2050-february-2015.pdf>.

12 Ver informação no site da CIA disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2188rank.html>

13 Ver informação publicada por The Economist disponível em <http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2014/06/daily-chart-23>

14 Ver informações do site oficial do AIIB disponível em: http://www.aiibank.org/yatouhang_04.html

15 Os 57 membros são Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bangladesh, Brasil, Brunei, Camboja, China, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Islândia, Índia, Indonésia, Irã, Israel, Itália, Jordânia, Cazaquistão, Kuwait, Quirguistão, Laos, Luxemburgo, Malásia, Maldivas, Malta, Mongólia, Myanmar, Nepal, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Oman, Paquistão, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, República da Coreia, Rússia, Arábia Saudita, Cingapura, África do Sul, Espanha, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tajiquistão, Tailândia, Peru, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Uzbequistão e Vietnã. Ver notícia do South China Morning Post “57 nations approved as founder members of China-led AIIB” disponível em: <http://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/1766970/sweden-israel-poland-and-south-africa-last-join-aiib>

e demonstrou a reduzida capacidade dos EUA de dissuadirem seus aliados. Reconheceu o ex-secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers¹⁶, que a China pode abalar a hegemonia econômica dos EUA.

O AIIB, junto com o NBD e as políticas de desdolarização, representa apenas o embrião de uma nova arquitetura financeira global. Embora seu tempo de maturação e seus desdobramentos sejam incertos, o fato é que as obras em infraestrutura na Ásia tendem i) a aprofundar a integração infraestrutural e econômica da região, ii) a projetar a liderança regional (e global) da China e iii) a fortalecer novos sistemas de governança na economia mundial. O objetivo é integrar a Eurásia recriando uma nova Rota da Seda, cujas diretrizes já foram explanadas pelo presidente Xi Jinping no Fórum Boao para a Ásia em março de 2015. Nesse documento¹⁷, o governo reitera que recriação do eixo de cooperação entre Oriente e Ocidente deve fortalecer a inclusividade, o aprendizado e o benefício mútuos, de modo a impulsionar a coordenação política, o desenvolvimento de infraestrutura e a integração econômica (comercial e de investimentos). No entendimento da China, serão duas vias de ligação com a Europa: o Cinturão Econômico da Rota da Seda estabelecerá essa conexão através da Mongólia, Ásia Central e Rússia e da Rota da Seda Marítima será constituída através da Mar do Sul da China e no Oceano Índico. Aliás, esta iniciativa vem acompanhada de mais uma iniciativa financeira, o Fundo Rota da Seda¹⁸, a ser constituído por 40 bilhões de dólares a partir de recursos das reservas internacionais e de bancos chineses (China Investment Corp., Export-Import Bank of China e China Development Bank).

Em suma, deve-se reconhecer que tais iniciativas integracionistas eurasiáticas promovem inquietações em Washington, pois revive a noção de um temido *heartland* desenvolvido e distante do controle norte-americano. Essa percepção é muito viva nos formuladores de política externa dos EUA, de modo que é impossível entender a Guerra Fria, com a política de contenção da URSS ou a aproximação com a China nos anos 1970, e a Guerra Global ao Terror, com a forte presença na Ásia Central e Afeganistão, sem levar em contas tais preocupações. Portanto, a integração da Eurásia, por seus mecanismos político-diplomáticos (Organização para a Cooperação de Xangai) e econômico-infraestruturais (AIIB), recolocam o desafio em novos patamares para o governo dos EUA.

5 Considerações finais

Não resta dúvida que a China está consciente de que seu desenvolvimento ainda é recente e, por isso, precisa amadurecer sua trajetória para assumir o papel e a responsabilidade de um líder regional ou até mesmo global (OLIVEIRA; LEITE, 2014). Parece evidente também que a China tem se tornado progressivamente mais assertiva, sem, contudo, precisar ser revisionista, dado que o *status quo* internacional não restringe sua ascensão. Assim, a situação internacional atual permite à China acumular forças e, ao mesmo tempo, na medida que a correlação de forças vai se alterando, buscar construir alternativas internacionais em diversos campos. O caso do AIIB – e dos demais fundos e bancos – criado pelo governo chinês sinaliza sua assertividade, bem como a compreensão de que o financiamento é uma ferramenta crucial para alavancar a internacionalização de suas empresas, criar mecanismos de concertação política e projetar seu poder regional e globalmente.

O dilema está posto uma vez que os EUA parecem incapazes de reconhecer a multipolarização em curso e formatar sua grande estratégia, enquanto focam prioritariamente em elementos táticos e operacionais de cunho militar (CEPIK; MARTINS, 2014). Isso explica uma política norte-americana errática que produz, de uma lado, grandes cisões e tensões, como na Ucrânia, Iraque, Síria e Líbia, e, de outro, busca reconstruir relações sob pena

16 Ver notícia na RT disponível em: <http://actualidad.rt.com/economia/171466-poder-economico-china-desvalorizar-dolar>

17 Ver a íntegra do documento disponibilizado pela National Development and Reform Commission do governo chinês, disponível em: http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html.

18 Ver notícia do China File disponível em: <http://www.chinafile.com/reporting-opinion/caixin-media/new-fund-china-hits-silk-road-stride>

de perder ainda mais espaço, como são os recentes casos da reaproximação com Cuba e Irã. Como já destacado em outra oportunidade (PAUTASSO, 2011), o fortalecimento do eixo Sul-Sul e o processo de multipolarização têm evoluído em diversas esferas. E certamente o AIIB só pode ser compreendido como parte do renascimento da Ásia, da ascensão chinesa e da multipolarização em curso, do qual sua nova arquitetura geoeconômica e financeira é uma das facetas mais evidentes.

6 Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BRESSER PEREIRA, Luiz. A crise financeira global e depois. In: Novos Estudos. n° 86, março, 2010, pp. 51-72.
- CEPIK, Marco; MARTINS, José. Defesa Nacional Antimíssil dos EUA. In: ARTURI, Carlos (Org.). Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014, pp. 14-47.
- CUNHA, André. A Crise Financeira Global e as reformas na arquitetura financeira internacional. In: Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2013, pp. 349-382.
- GALLAGHER, Kevin; IRWIN, Amos; KOLESKI, Katherine. Novos bancos em cena: financiamentos chineses na América Latina. In: Informe: Diálogo Interamericano, maio, 2013.
- HOBBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OLIVEIRA; Henrique; LEITE, Alexandre. Chinese engagement for Global Governance: aiming for a better room at the table? In: Revista Brasileira de Política Internacional. 57, 2014, pp. 265-86.
- PAUTASSO, Diego. O fortalecimento das relações Sul-Sul: estratégia e realidade para os países emergentes. In: Conjuntura Austral, vol. 2, 2011, pp. 48-62.
- _____. A geografia do desenvolvimento da Ásia-Pacífico: as particularidades do caso chinês. In: Boletim Gaúcho de Geografia, v. 34, 2009, pp. 37-56.
- RAMOS, Leonardo; VADELL, Javier; SAGGIORO, Ana; FERNANDES, Márcia. A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. In: Revista Brasileira Política Internacional. Brasília, vol. 55, n° 2, 2012, pp. 10-27.
- SANTOS, Leandro; MILAN, Marcelo. Determinantes dos Investimentos Diretos Externos Chineses: Aspectos Econômicos e Geopolíticos. In: Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 36, no 2, julho/dezembro 2014, pp. 457-486.
- SCISSORS, Derek. China Global Investment Tracker. In: The Heritage Foundation. Disponível em: <http://www.heritage.org/research/projects/china-global-investment-tracker-interactive-map>
- VADELL, Javier. Rumo ao século chinês? A relação Estados Unidos-China pós 11/09. In: Carta Internacional. vol. 6, n° 2, 2011, pp. 97-111.

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura por parte do governo chinês. Mais do que uma organização internacional, o argumento proposto é que o AIIB revela a configuração de uma nova arquitetura geoeconômica e financeira. Esta, por sua vez, deve ser entendida como parte do renascimento da Ásia, da ascensão chinesa e da emergência de um mundo multipolar.

Abstract

The objective of this paper is to analyze the creation of the Asian Investment Bank Infrastructure by the Chinese government. More than an international organization, the proposed argument is that AIIB shows the configuration of a new geo-economic and financial architecture. This, in turn, must be understood as part of the renaissance of Asia, China's rise and the emergence of a multipolar world.

Palavras-Chave: AIIB, China, mundo multipolar

Key-Words: AIIB, China, multipolar world

Recebido em 25/04/2015

Aprovado em 25/06/2015